

**II Congresso de Estudos Rurais
29 de Setembro a 3 de Outubro de 2004
Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo**

Atitudes face ao Ambiente: uma abordagem teórica

Emiliana Silva, Rosalina Gabriel

**Universidade dos Açores
Departamento de Ciências Agrárias**

Resumo:

Este trabalho surge no seguimento do projecto “As atitudes face ao ambiente em Regiões Periféricas” financiado pela FCT e o FEDER. Com este trabalho pretende-se apresentar e discutir quais os principais factores que condicionam as atitudes da população face ao ambiente. Como objectivo, pretende-se fazer uma pesquisa nos trabalhos mais recentes sobre os factores que afectam as atitudes da população na generalidade, particularizando para as atitudes face ao ambiente. Os factores socioeconómicos que mais se relacionam com a percepção ambiental têm sido, a idade, o nível de educação, a actividade profissional, e o nível de rendimento. Também são factores explicativos, o local de residência, a ideologia política, o género e a raça, embora estes tendam a ser menos relacionados com a percepção ambiental. A revisão bibliográfica evidenciou que as atitudes face ao ambiente, explicam apenas em parte as atitudes face ao ambiente.

As atitudes face ao ambiente: factores contributivos

As investigações realizadas mostram evidências que as atitudes em relação ao ambiente dependem dos valores tradicionais, das crenças, da ideologia, e ainda dos meios social, hereditário e biofísico (Dunlap e Van Liére, 1984 e Catton e Dunlap, 1980). Neste trabalho apenas se apresentarão os factores que afectam as atitudes e/ou comportamentos face ao ambiente, uma vez que a medidas das atitudes pelas crenças se fará noutro trabalho. Assim, focar-se-ão as características socioeconómicas, os factores internos (motivação, conhecimento e preocupações pró-ambiental, valores, atitudes, emoções, lugares de controle, responsabilidade e prioridades) e externos (económicos, institucionais, sociais e culturais), e ainda, se apresentarão modelos explicativos das relações entre atitudes e comportamentos pró-ambientais (comportamentos que minimizam impactos negativos das intervenções na natureza). Como se constatará ao longo do trabalho, este é um fenómeno complexo, em que as investigações obtêm resultados divergentes.

Ao iniciar a apresentação dos factores associados às atitudes e comportamentos face ao ambiente, urge a definição dos conceitos utilizados.

As atitudes são consideradas predisposições internas, estáveis e duradouras, para que as pessoas se comportem ou reajam de determinada forma em relação a outras pessoas, objectos ou situações específicas. As origens das atitudes são culturais (tendemos a assumir as atitudes que prevalecem na cultura em que nascemos e crescemos), são familiares (parte das nossas atitudes são adquiridas dentro da estrutura familiar e passam

de geração em geração) e são pessoais (porque também são resultantes da nossa própria experiência). As escolas, as instituições educacionais, a influência da autoridade, a publicidade contribuem para mudar o comportamento, e são considerados causas importantes para a formação das atitudes dos humanos. Uma atitude comporta três componentes: representa uma tendência para agir de determinada forma, inclui uma crença ou várias crenças e, por último, comporta uma componente afectiva uma vez que uma pessoa tem sentimentos definidos acerca das pessoas, objectos ou situações com que a atitude está relacionada. As atitudes são medidas por escalas (Diciopédia, 2004).

Por crença entende-se a aceitação de uma proposição como verdadeira apesar de ainda não ter sido, ou de não poder ser, cientificamente provada. A crença já foi descrita como uma atitude mental capaz de levar à concordância com uma proposição sem o conhecimento que seria necessário à comprovação da sua veracidade. A crença pode basear-se num julgamento intelectual ou, como já David Hume defendia, corresponder a um sentimento, distinto mas equiparável ao da descrença (Diciopédia, 2004).

Os valores correspondem a maneiras de ser ou de agir reconhecidas como desejáveis. Genericamente, pode dizer-se que não é possível a existência de um grupo humano sem que tenham sido definidos, implícita ou explicitamente, os seus valores (Diciopédia, 2004).

Comportamento significa a resposta de um indivíduo a uma situação. O comportamento pode ser modificado pelos efeitos da relação do indivíduo - ambiente (Diciopédia, 2004).

Na prática, não se distingue ética de moral, mas em rigor, a ética é a reflexão filosófica sobre a moral. A ética tem por objecto as questões fundamentais relativamente à conduta do ser humano, aos valores e princípios que deve escolher de modo a dar uma orientação definida ao seu comportamento relativamente a si próprio, à sua relação com os outros e com a natureza em geral.

Por ambiente entende-se o meio físico que nos rodeia (biosfera ou parte dela). Em sociologia, inclui os comportamentos, atitudes e estruturas sociais.

Em suma, as atitudes face ao ambiente podem ser entendidas como uma predisposição para responder, de uma forma favorável ou não, em relação ao ambiente.

As características individuais, que nos estudos efectuados aparecem mais ligadas às preocupações ambientais são a idade, o nível de instrução, o local de residência, a ocupação profissional, o rendimento, o status social, a ideologia política, o género e a raça.

No que respeita à idade, os estudos realizados não conduzem a resultados idênticos, isto é, consoante as situações estudadas, as investigações manifestam-se contraditoriamente, como referem Bultena e Hoiberg (1983). Assim, estes autores mencionam investigações de Choi e Coughenour (1979) de Chamala et al. (1982,1983) em que são encontradas relações positivas entre a idade e as práticas conservadoras do ambiente, enquanto que Forster e Stem (1979), Bultena e Hoiberg (1983) e Korshing et al. (1983), encontram uma relação negativa. Por outro lado, os trabalhos de Carlson et al. (1981) e Noris e Batie (1987) citados por Bultena e Hoiberg (1983) e os de Steel (1996), não encontram qualquer ligação entre a idade e a sensibilidade aos problemas ambientais.

Apesar destes resultados contraditórios, a idade é uma característica usada nos estudos realizados sobre as atitudes face ao ambiente. Também Buttel et al. (1981), referem a idade como sendo um dos factores que está mais associado às preocupações ambientais, tendo como base os trabalhos de Buttel (1978) e de Van Liére e Dunlap (1980). Aliás Buttel e Flinn (1978) Silva, 1994, 1996) e Corral-Verdugo et al. (2003) concluíram que são os mais jovens os que manifestavam maior sensibilização aos problemas do ambiente. A idade é também referida como o melhor indicador das atitudes em relação ao ambiente por Jones e Dunlap (1992), em que concluem ser os mais jovens os mais propensos a conservar o ambiente. Estes resultados também são confirmados para os agricultores, por Ervin e Ervin (1982) e por Bultena e Hoiberg (1983), em que são os mais jovens que estão mais predispostos a usarem práticas agrícolas mais protectoras do ambiente. No entanto, Buttel et al. (1981) referem que no caso dos agricultores, a idade não influi grandemente na tomada de decisão em relação ao ambiente, quando se consideram as variáveis económicas, nomeadamente a dimensão da exploração.

Outra característica inerente aos indivíduos que parece estar muito ligada às questões ambientais é o nível de instrução, ou educação. De acordo com os trabalhos realizados, constata-se que normalmente são os indivíduos mais instruídos que manifestam maior sensibilidade aos problemas ambientais (Buttel e Flinn, 1978 e Buttel et al., 1981, Silva, 1994 e 1996, Steel, 1996). No entanto, Pampel e Van (1977) encontraram uma relação negativa entre o nível educacional e as práticas protectoras do ambiente. Nos agricultores, também o maior grau de instrução parece estar relacionado positivamente com as preocupações ambientais, ou seja, os agricultores estão mais predispostos a usarem práticas agrícolas protectoras do ambiente (Buttel et al., 1981; Jones e Dunlap, 1992; Ervin e Ervin, 1982 e Bultena e Hoiberg, 1983). Mas tal como foi referido para a idade, o nível de instrução nos agricultores carece de importância quando se comparam com as variáveis económicas (Buttel et al., 1981).

O local de residência e a ocupação profissional são variáveis consideradas nos estudos realizados sobre as atitudes face ao ambiente. A vivência em meios urbanos ou rurais parece condicionar as atitudes face ao ambiente. A população urbana parece ter maior sensibilidade ao ambiente (Buttel e Flinn, 1978 e Jones e Dunlap, 1992), pelo maior contacto com a degradação ambiental, a não ter uma visão utilitária da terra e a ser mais participante nos movimentos ambientalistas. No entanto, Silva (1994, 1996) verifica que eram os agricultores a tempo pleno, os mais sensíveis às questões ambientais, embora Buttel e Flinn (1978) refiram que são os agricultores que se preocupam menos com o ambiente. No entanto, há evidências (Harris et al., 1980; Oelhaf, 1987 e Wernick e Loekert, 1977) em que os agricultores ao consciencializarem os perigos que algumas práticas agrícolas tem para a saúde e para o ambiente, estão alterando algumas delas (Buttel et al., 1981), parecendo mesmo em alguns casos mais sensíveis aos problemas do ambiente do que os não agricultores. Carr e Tait (1981) referem a simpatia que os agricultores demonstram face ao ambiente, e que tinha sido subestimada em estudos anteriores. Bogner e Wiseman (1997) referem, tendo por base a população estudantil de duas zonas (rural e urbana), que as diferenças entre as atitudes e comportamentos face ao ambiente está diminuindo entre a população rural urbana, aliás facto que vem sucedendo nas últimas investigações. Numa Sondagem de opinião relativa à Política agrícola Comum – PAC, realizada na Europa dos 15, em 2002, verificou-se que de um modo geral, os agricultores defendem como áreas de intervenção da PAC: alimentos seguros,

respeito pelo ambiente, especificidade dos produtos europeus, melhoria da vida rural, protecção das pequenas e medias explorações, adaptação dos produtos aos consumidores, diversificação, defesa dos produtores na comercialização (intermediários e distribuição), assegurar rendimentos, diminuir disparidades regionais, aumentar os métodos de produção orgânica. Ou seja, têm atitudes positivas face ao ambiente.

A actividade ou ocupação profissional, e consequentemente o nível de rendimento e status social parecem estar relacionados com a percepção ambiental. Buttel e Flinn (1978) referem que os indivíduos que têm maior prestígio profissional (cargos de chefia), maiores rendimentos e profissões mais "limpas", normalmente são mais ambientalistas. Estes autores, acrescentam ainda que o nível de rendimento e a actividade profissional têm menos importância nas atitudes em relação ao ambiente, do que o nível de instrução. No entanto, Corral-Verdugo et al. (2003) verificam que são as pessoas com maiores rendimentos que são mais consumistas (menos ambientalistas). Buttel e Flinn (1978) referem que os mais ambientalistas tendem a pertencer à classe "média" ou "alta", e normalmente formam uma "elite". Também Buttel et al. (1981) referem a relação positiva entre o status social e a maior sensibilidade aos problemas ambientais, embora nos agricultores esta relação pareça não existir.

O género e a raça são outros indicadores das preocupações ambientais. Jones e Dunlap (1992) referem estudos onde concluíram que de um modo geral, os homens e os indivíduos de raça branca na década de 70 nos Estados Unidos, tendiam a ser menos ambientalistas. Steel (1996) constatou que são normalmente as mulheres que fazem a reciclagem dos resíduos domésticos. Embora Corral-Verdugo et al. (2003) associem o maior consumo de água (práticas menos ambientalistas) às mulheres, também referem que não parece ser um bom indicador de atitudes ambientalistas, uma vez que estas estão associadas às tarefas domésticas, nomeadamente as de limpeza. Kollmuss e Agyeman (2002) referem que, de um modo geral, as mulheres têm menor conhecimento ambiental do que os homens, mas que se envolvem mais emocionalmente, preocupam-se mais com a destruição ambiental, acreditam menos nas soluções tecnológicas e estão dispostas a mudar comportamentos.

A ideologia política parece estar também relacionada com a percepção ambiental e embora alguns investigadores associam os "verdes" à política de esquerda (Buttel, 1992), verifica-se que são normalmente os políticos liberais que têm atitudes mais favoráveis em relação ao ambiente (Buttel e Flinn, 1978; e Jones e Dunlap, 1992). O ser "verde", ou ter consciência ecológica, é actualmente politicamente e socialmente bem aceite (Harper, 1993), e a linguagem, a imagem, as acções e as ideias verdes são uma constante no nosso dia a dia. Os movimentos verdes estão mais ligados aos países mais desenvolvidos, do que aos países em vias de desenvolvimento, e nos países do Terceiro Mundo ganham um significado de sobrevivência (Martinez-Alier, 1992).

Em suma, parece que não podemos tratar as características individuais que influem nas atitudes em relação ao ambiente separadamente, dado que elas se relacionam e interactivam. No entanto, podemos referir com base nas investigações efectuadas e embora haja algumas divergências, que os indivíduos com atitudes mais pró-ambientalistas são os mais jovens, os mais instruídos, os urbanos, os liberais, os que auferem rendimentos mais elevados, e com status social mais elevado. No caso dos agricultores, verificamos que embora as características individuais tenham alguma

influência nas suas atitudes em relação ao ambiente, estas são mais condicionadas pelas variáveis económicas, o que não significa que os agricultores sejam anti-ambientalistas, mas que estão sujeitos ou não a um conflito de sobrevivência das suas explorações agrícolas. É pois sobre este último aspecto que nos vamos debruçar.

No que respeita aos grupos relacionados com a actividade agrícola, as variáveis económicas que têm sido mais focadas nos estudos realizados sobre as atitudes em relação ao ambiente são a dimensão da exploração agrícola, o sistema de produção praticado, destino da produção, o endividamento e o risco.

Buttel et al. (1981) referem a importância da dimensão das explorações agrícolas e recomendam o estudo das atitudes com base nesta característica. Com efeito, um estudo realizado anteriormente, tinha evidenciado que os agricultores com explorações agrícolas de maior dimensão, quer pela superfície cultivada quer pelo sistema de produção praticado, são menos sensíveis aos problemas ambientais, nomeadamente no uso excessivo de adubos, pesticidas e erosão do solo, quando comparados com os pequenos agricultores (Buttel e Flinn, 1978). No entanto, Rogers (1983) considera que são os agricultores de maiores dimensões que adoptam mais cedo as práticas agrícolas protectoras do ambiente (Black e Reeve, 1993). Estes resultados foram confirmados por Bultena e Hoiberg (1983) e acrescentaram que o uso de práticas agrícolas inovadoras e protectoras do ambiente eram adoptadas mais facilmente pelos agricultores, depois dos vizinhos e amigos as utilizarem. No trabalho de Napier et al. (1984), verifica-se que a dimensão da exploração está negativamente relacionada com as atitudes em relação à adopção e conservação das práticas agrícolas.

O sistema de produção é outra variável que parece estar relacionado com atitudes pró-ambientalistas. Ou seja, os sistemas extensivos parecem mais sensíveis ao uso práticas mais conservadoras do ambiente do que os sistemas intensivos (Black e Reeve, 1993).

Também a forma de exploração da terra parecem não estar ligadas a práticas conservadoras (Bultena e Hoiberg, 1983).

Quanto ao destino da produção, existem evidências de que os agricultores mais integrados nos mercados de produtos e meios de produção e com maiores níveis de capital parecem ser menos sensíveis à degradação do ambiente do que os pequenos (Buttel e Flinn, 1978 e Black e Reeve, 1993).

Por outro lado, os agricultores mais endividados preocupam-se menos com os problemas ambientais. Porém Rogers (1983), refere que os agricultores que recorrem mais ao crédito parecem ser os mais sensíveis aos problemas de degradação do ambiente (Black e Reeve, 1993).

Em suma, parecem ser os agricultores com maiores dimensões das explorações, que praticam sistemas mais extensivos, que mais recorrem ao crédito e os menos endividados que parecem ter atitudes e comportamentos que se podem classificar de os mais ambientalistas.

Em resumo, os factores que afectam as atitudes e percepções do ambiente são: Idade - mais jovens mais ambientalistas. Nível de instrução - mais instruídos mais ambientalistas. Local de residência - urbanos mais ambientalistas. Factores económicos (rendimentos, status, profissão) - quanto mais elevado mais ambientalista. Género - mulheres mais

ambientalistas. Raça branca - menos ambientalistas. Ideologia política - liberais mais ambientalistas. Agricultores - maior dimensão e intensificação de sistema de produção, orientados para o mercado, mais endividados, são menos ambientalistas. No entanto, em alguns casos os estudos são controversos.

Como se verifica ao longo desta revisão bibliográfica, consoante a região, objectivo de análise, características dos indivíduos, as atitudes mais ou menos ambientalistas mudam. Como tal, e como a maior parte dos investigadores recomenda, dever-se-ão efectuar mais estudos para que se possa determinar com maior exactidão o que se passa, tal como aconselharam Black e Reeve (1993).

Para explicar as atitudes e comportamento pro-ambientais, terá de se considerar ainda os factores externos (institucionais, económicos, sociais e culturais). No caso dos factores institucionais, constata-se que comportamentos pro-ambientais dependem da existência de infra-estruturas necessárias (por exemplo, recipientes para reciclar). Por vezes os factores económicos (preços altos) são penalizadores de atitudes e comportamentos amigos do ambiente, além de que por vezes, os agentes de decisão não agem racionalmente. A sociedade e cultura são outros factores a considerar, levantando-se a hipótese, que países mais pequenos e com mais habitantes tendem a ter maior consciência ambiental do que outros países de maior dimensão e ricos em recursos (Kollmuss e Agyeman, 2002).

Nos factores internos consideram-se como influentes nas atitudes e comportamentos pró-ambiental: a motivação, conhecimento e preocupações pró-ambiental, valores, atitudes, emoções, locus de controlo, responsabilidade e prioridades (Kollmuss e Agyeman, 2002).

A motivação pode ser entendida como um forte estímulo interior no qual o comportamento é organizado. Por vezes, a motivação pode estar associada a um estilo de vida, como por exemplo, ir para o emprego de bicicleta, mesmo que esteja a chover. No entanto, pode suceder que os motivos primários (ambientais) sejam superados pelos objectivos de conforto.

Os valores são a expressão das motivações intrínsecas, sendo mais influenciados pela família, vizinhos ou grupos, nomeadamente, pelo sistema cultural aonde está inserido (macrosistema) ou influenciado pelas organizações políticas ou pela comunicação social (exosistema).

Atitudes são os sentimentos positivos ou negativos de uma pessoa em relação ao que a rodeia. As atitudes relacionam-se com as crenças. O impacto do conhecimento humano no ambiente tem uma dimensão cognitiva e afectiva. A atitude face ao ambiente, explica apenas uma parte do comportamento ambiental.

O envolvimento emocional está relacionado com uma relação afectiva à destruição da natureza e mais característica das mulheres.

O locus de controlo é a percepção individual que só pode levar à alteração pelo seu próprio comportamento. Se existe um locus de controlo interno intenso, as pessoas acreditam que o seu comportamento contribui para uma melhora ambiental. As pessoas com locus de controlo externo, acreditam que as suas acções são insignificantes, na resolução global do problema. Assim, só valerá a pena reciclar, se todos o fizerem.

A responsabilidade e prioridades são expressas pelos valores e atitudes e influenciadas pelo locus de controlo, e está associado ao bem estar pessoal e familiar. A opção pode passar pela aquisição de uma casa mais pequena mesmo tendo possibilidades económicas que permita a aquisição de uma maior.

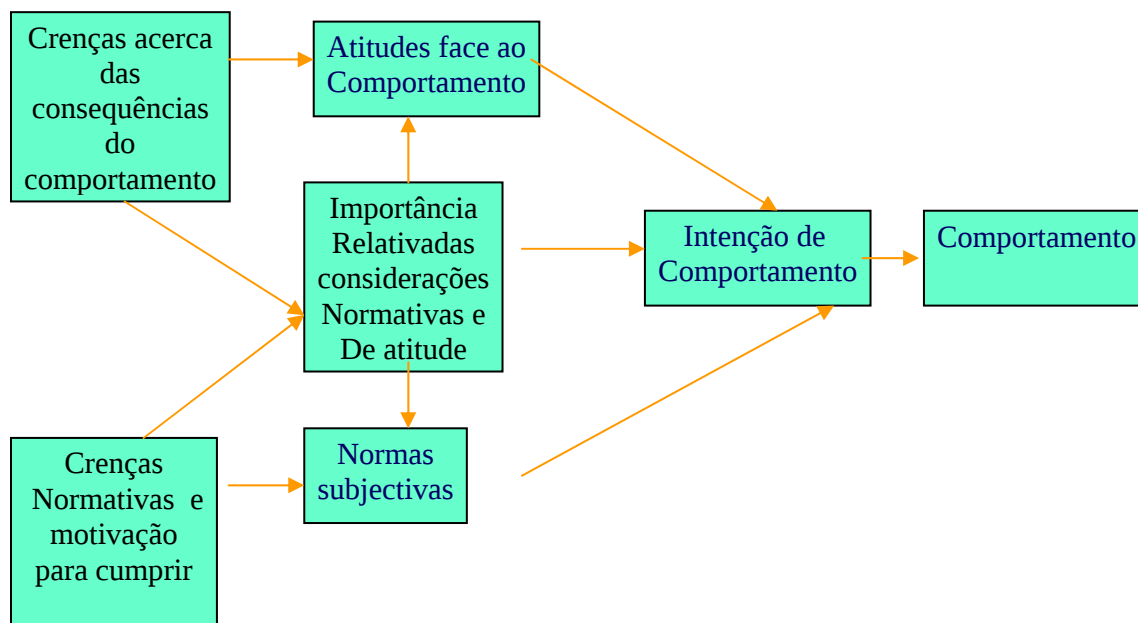
Para Kollmuss e Agyeman (2002) existe uma discrepância entre atitudes e comportamentos, que resultam de quatro factores: 1) Experiência directa versus indirecta, ou seja, a participação numa actividade ambiental é mais condicionante do comportamento ambiental, do que o conhecimento adquirido. 2) Influências normativas, ou seja, as tradições culturais e os hábitos familiares influem muito no comportamento ambiente. 3) O tempo, ou seja, a recolha de informação antes e depois de um acidente ambiental, levará a atitudes e comportamentos diferentes. As atitudes variam com o tempo. 4) Medidas de atitudes e comportamentos, isto é, a forma como se questionam as pessoas e o tipo de questões podem levar a respostas divergentes.

Segundo várias teorias, as atitudes são condicionadas pelos valores, crenças e características sócio-económicas e são condicionadoras dos comportamentos ambientais. Aliás existem duas abordagens teóricas que analisam as práticas de conservação do ambiente. 1) a análise comportamental aplicada que se baseia na hipótese implícita ou explícita que as pessoas são egoístas, e maximizam a utilidade e o seu comportamento pode ser controlado por uma manipulação adequada de recompensa ou punição. 2) Abordagem da atitude, como alternativa à primeira, em que analisa os antecedentes cognitivos ou as crenças que guiam o comportamento (Teoria do comportamento planeado) (Mannetti et al., 2004). Nesta teoria, considera-se que as atitudes têm impacto no comportamento através da intervenção da intenção comportamental, que por sua vez é determinado pelas atitudes, normas subjectivas, e controlo do comportamento percebido.

Clark et al. (2003) referem que as atitudes funcionam como previsões da intenção de comportamento, sendo as atitudes influenciadas pelos valores. São as crenças e atitudes que influem no comportamento ambiental. No entanto, Steel (1996) refere que a relação entre atitude e comportamento no que refere ao ambiente não está bem documentada, e que embora se considere que as atitudes é que condicionam o comportamento, há casos em que não parece ser assim, e então a atitude não tem significado para explicar o comportamento.

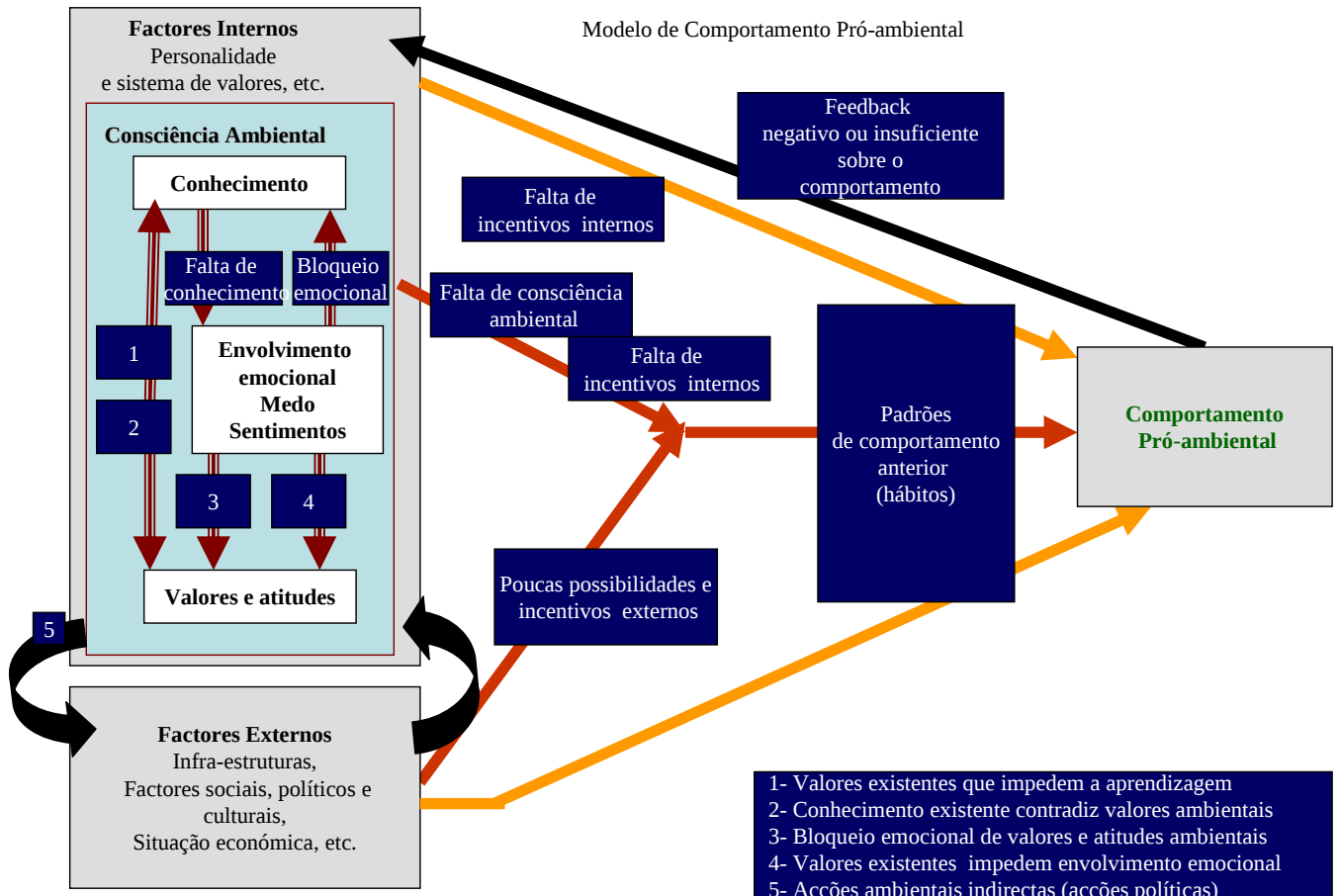
Com base no exposto anteriormente, factores internos e externos, e variáveis socioeconómicas, vários investigadores têm desenhado modelos explicativos das atitudes e comportamentos pró-ambiental. Inicialmente, no modelo de progressão linear, supunha-se que o conhecimento ambiental condicionava as atitudes e estas, os comportamentos sensíveis ao ambiente. No entanto, esta situação foi questionada por vários investigadores que introduziram alterações. É o caso do Modelo de Acção Racional proposto por Ajzen e Fishbein (1980) referido por Kollmuss e Agyeman (2002). Este modelo tem como limitação o facto de considerar que as pessoas agem racionalmente. Como melhoria, em relação ao anterior é o considerar que as atitudes não determinam directamente o comportamento, mas antes a intenção de comportamento. As intenções de comportamento são influenciadas pelas atitudes, mas também pelas preocupações e crenças.

Modelo de Acção Racional



(Modelo de Ajzen e Fishbein, 1980)- Adaptado de Kollmuss e Agyeman (2002).

Neste trabalho, opta-se por apresentar o modelo elaborado por Kollmuss e Agyeman (2002), por considerar a maior parte dos factores que se julgamos condicionar as atitudes e comportamentos pro-ambientais.



Adaptado de Kollmuss e Agyeman (2002)

Neste modelo, Kollmuss e Agyeman (2002) optam por incluir apenas as variáveis, que segundo eles, são mais condicionantes das atitudes e comportamentos pro-ambientais. Neste modelo, não há uma relação directa entre o conhecimento ambiental e o comportamento pró-ambiental. O conhecimento ambiental, os valores, as atitudes, juntamente com o envolvimento emocional, constituem um complexo, ao qual denominam “consciência pró-ambiental”. Este complexo por sua vez é influenciado pelos valores pessoais, expressos na personalidade, assim como, por outros factores internos e externos. Os factores sociais e culturais, são incluídos nos factores externos, embora haja quem considere que poderiam estar entre os factores internos e externos.

As setas (a vermelho) no modelo, indicam a influência dos diferentes factores entre si, e finalmente, a sua influência no comportamento pró-ambiental. As duas setas directas (a laranja) no diagrama, entre os factores internos e externos e o comportamento pró-ambiental, indicam acções que foram tomadas por outras razões, que não ambientais. A maior influência do comportamento pró-ambiental é atingida quando os factores internos e externos actuam sinergicamente entre si (setas a vermelho). As caixas azuis representam as barreiras, mais representativas, ao comportamento pró-ambiental. A caixa maior do diagrama (comportamentos padrões passados ou anteriores), foi elaborada pela necessidade de juntar todas as interferências do diagrama, mas também, para chamar a atenção de que os hábitos antigos, são uma barreira muito importante, e por vezes esquecida na bibliografia científica, ao comportamento pró-ambiental.

A questão que se coloca é: aquando do estudo das atitudes face ao ambiente que factores e/ou variáveis socioeconómicas se devem utilizar e que escala de crenças será a mais adequada à realidade açoriana?

Bibliografia

Albrecht, D., G. Butlena, E. Hoiberg e P. Nowak. The New Environmental Paradigm Scale. The Journal of Environmental Education, 13, 3, 1982:39-43.

Black, A. B. e I. Reeve. Participation in Landcare Groups: the Relative Importance of Attitudinal and Situational Factors. Journal of Environmental Management. 39.1993:51-71.

Bogner, X.F. e M. Wiseman. Environmental perception of rural and urban pupils. . Journal of Environmental Psychology. 17.1997:111-122.

Butlena, G.L. e E.O. Hoiberg. Factors Affecting Farmers` Adoption of Conservation Tillage. Journal of Soil and Water Conservation. 30. (3). 1983:281-284.

Carr, S. e J. Tait. Differences in the Attitudes of Farmers and Conservationists and their Implications. Journal of Environmental Management. 32.1991:281-294.

Catton, W. R. e E. R. Dunlap. A New Ecological Paradigm for Post-Exuberance Sociology. American Behavioral Scientist. 24 (1) 1980:15-47.

Catton, W. R. e E. R. Dunlap. Paradigms, Theories, and the Primacy of the HEP-NEP, Distinction. The American Sociologist. 13.1978:256-259.

Clark, C.F., M.J. Kotchen e M.R. Moore. Internal and external influences on pro-environmental behavior: participation in a green electricity program. Journal of Environmental Psychology 23.2003:237-246.

Corral- Verdugo, V., R.B. Betchel e B. Fraijo-Sing. Environmental beliefs and water conservation: an empirical study. Journal of Environmental Psychology 23.2003:247-257.

Diciopédia 2004. 2003 Porto Editora, Lda.

Dunlap, R. E., K.D. Van Liere. Commitment to the Dominant Social Paradigm and Concern for Environmental Quality. Social Science Quarterly, 65, 1984:1013-1021.

Dunlap, R. E., K.D. Van Liere The "New Environmental Paradigm". The Journal of Environmental Education. 9, 4, 1978:10-19.

Earle E, T.R., C.W. Rose, e A.A. Browlea. Socio-Economics Predictors of Intention Towards Soil Conservation and their Implications in Environmental Management. Journal of Environmental Management, 9, 1979:225-236.

Ervin, C. A. e D. E Ervin. Factors Affecting the Use of Soil Conservation Practices: Hypotheses, Evidence and Policy Implications. Land Economics. 58(3). 1982:277-292.

Harper, S. The greening of Rural Discourse, in: The greening of Rural Policy, International Perspectives. London, Belhaven Press. 1993.

Jones, R. E. e R. E. Dunlap. The Social Bases of Environmental Concern: Have they Changed over time? Rural Sociology. 57 (1). 1992:28-47.

Kollmuss, A. e J. Agyeman. Mind the gap: why do people act environmentally and what are the barriers to pro-environmental behavior. *Environmental Education Research*. 8(3).2002:239-260.

Mannetti, L., A. Pierro e S. Livi. Recycling: Planned and self expressive behaviour. *Journal of Environmental Psychology*. 24.2004:227-236.

McLeod, P.B., E.J. Roberts e G. Syme. Willingness to Pay for Continued Government Service Provision: the Case of Agricultural Protection Services. *Journal of Environmental Management*. 40. 1994:1-16.

Napier, T. L., C.S. Thraen, A.Gore e W.R. Goe. Factors Affecting Adoption of Conventional and Conservation Tillage Practices in Ohio. *Journal of Soil and Water Conservation*. 39.1984:205-209.

Noe, Francis P. e Hammitt, E. William, Environmental Attitudes and the Personal Relevance of Management Actions in a Park Setting. *Journal of Environmental Management*. 35, 1992:205-216.

Steel, B.S. Thinking Globally and Acting locally?: Environmental Attitudes, Behavior and activism. *Journal of Environmental Management* 47.1996:27-36.

Silva, E. S. O ambiente e o Agricultor, As atitudes dos agricultores face ao ambiente. 2º Congresso Nacional dos Economistas Agrícolas, Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural. 1996:211-217.

Silva, E. S. O Isolamento, a Terra e o Ambiente, as atitudes da população numa freguesia rural da Terceira. Dissertação para a obtenção do grau de mestre. Instituto Superior de Agronomia. Universidade Técnica de Lisboa.1994.